



Turismo na Amazônia: a experiência das comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro a partir das políticas de desenvolvimento local

Tourism in the Amazon: the experience of the riverside communities of the Rio Negro Sustainable Development Reserve (RDS) based on the local development policies

Roberta Maria de Moura Sousa¹
Silvio Lima Figueiredo²
Maria Goretti da CostaTavares³

1 Pós-Doutorado em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharelado em Turismo pelo Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES). E-mail: robertaturstm@hotmail.com

2 Pós-Doutorado em Sociologia na Université Rene Descartes, Paris V, Sorbonne. Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharelado em Turismo pela UFPA. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA. E-mail: slima@ufpa.br

3 Pós-Doutorado em Geografia do Turismo na Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne. Pós-Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Geografia pela UFRJ. Licenciatura Plena em Geografia pela UFPA. Professora Associada IV da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. E-mail: mariagg29@gmail.com

Pesquisa realizada com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

RESUMO: O Turismo de Base Comunitária é visto como um fator de desenvolvimento social, econômico e cultural para as comunidades locais em ambientes de conservação e biodiversidade. Entretanto, é sabido também, que os debates de políticas públicas sobre a inserção do turismo como gerador e impulsionador da economia em prol do desenvolvimento local, principalmente, no caso da região Amazônica ainda se encontra em construção. Assim, objetivo deste artigo foi analisar e descrever de forma comparativa as contribuições do Turismo de Base Comunitária (TBC) nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira e São Thomé na Amazônia como uma fonte de renda alternativa para diversificar a base produtiva de áreas rurais e como estratégia de conservação dos recursos naturais e da cultura local, a partir das políticas públicas de turismo no Estado do Amazonas. Para isso, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa utilizando a pesquisa exploratória e explicativa, com dados primários e secundários. A análise comparativa demonstra que as políticas públicas de TBC tem sido um incentivo para a permanência da população local em áreas rurais, empreendedorismo, empoderamento, participação e protagonismo no processo de planejamento das atividades turísticas, embora as instâncias decisórias das políticas governamentais ainda tenham um forte viés centralizador. Além disso, o TBC percebido pelos empreendedores locais como uma alternativa econômica é capaz de gerar renda direta para as comunidades e contribui para a proteção e conservação recursos naturais e socioculturais.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Amazônia; Políticas Públicas.

ABSTRACT: The community-based Tourism is seen as a factor of social, economic and cultural development for local communities in conservation and biodiversity environments. However, it is also known that public policy debates on the insertion of tourism as a generator and driver of the economy in favor of local development, especially in the case of the Amazon Region, are still under construction. The purpose of this article was to analyze and describe in a comparative way the contributions of community-based tourism (TBC) in the communities of Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira and São Thomé in the Amazon State, as an alternative source of income to diversify the productive base of rural areas as a strategy for conserving natural resources and local culture, based on tourism public

policies in the State of Amazonas. For this, a qualitative research was carried out using exploratory and explanatory research, with primary and secondary data. The comparative analysis shows that the public policies of TBC have been an incentive for the permanence of the local population in the rural areas, entrepreneurship, empowerment, participation and protagonism of the actors in the process of planning tourist activities, although the decision-making agencies of the government policies still have a strong centralizing bias. In addition, TBC is perceived by local entrepreneurs as an economic alternative capable of generating direct income for communities and contributing to the protection and conservation of natural and socio-cultural resources.)

Keywords: Community-based Tourism; Amazon Region; Public policies.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia, considerada a maior floresta tropical do mundo é também, uma região conflituosa, haja vista, o modelo de desenvolvimento implantado inicialmente por uma lógica contrária à da natureza (COSTA, 1995, p. 345). É palco de conflitos históricos e antagônicos que agilizam a degradação do meio ambiente, como a pecuária extensiva, os grandes projetos mineradores e o garimpo que ainda sobrevivem na região deixando um desenvolvimento marginal e excludente à comunidade local. Este fator torna a preocupação com a preservação da biodiversidade amazônica tão importante quanto oportuna, onde o maior desafio é promover o desenvolvimento sustentável numa região tão problemática (PINTO, 2007, p. 15).

Conforme Sousa (2017), o estado do Amazonas adotou como estratégia política em seu território a criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), como um instrumento de incentivo à preservação ambiental, controle do avanço do desmatamento. É também, uma maneira de sensibilizar a população, no que diz respeito ao uso e manejo dos recursos naturais de forma sustentável, sem agredir o meio ambiente, mantendo o equilíbrio e implementando atividades inovadoras como pode ser o caso do Turismo de Base Comunitária (TBC).

Dentre os exemplos de iniciativas nesse segmento de turismo, no estado do Amazonas destaca-se a RDS do Rio Negro, criada pela Lei Estadual nº 3.355 de 30 de dezembro de 2008, sob a gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) (AMAZONAS, 2008c). Ela é administrada pela Associação das Comunidades Sustentáveis do Rio Negro (ACS) e pertence ao corredor central da Amazônia e do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, formada por 19 comunidades. Com aproximadamente 621 famílias, distribuídas em uma área de 102.979 hectares, constituída por Floresta Ombrófila, nascentes de corpos d'água; lagos, praias, igarapés, igapós, fauna e flora endêmica interflúvio Negro/Solimões (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2009), e têm como principais atividades a agricultura, o manejo florestal madeireiro e o TBC.

Assim, o objetivo deste artigo foi analisar e descrever de forma comparativa as contribuições do Turismo de Base Comunitária (TBC) nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira e São Thomé, pertencentes à margem direita da RDS Rio Negro, no estado do Amazonas, a partir da percepção da análise das possíveis contribuições das políticas públicas de turismo nas três esferas (federal, estadual e municipal).

Pretende-se, desta forma, contribuir para uma melhor compreensão dos principais aspectos que evidenciaram o turismo como propulsor de desenvolvimento endógeno e social para as comunidades pesquisadas. Para isso, fez-se neste trabalho uma análise acerca das políticas de turismo no estado do Amazonas, a fim de entender a ascensão do turismo na agenda governamental, o que requer uma revisitação aos conceitos e descrição das políticas públicas em seu contexto histórico.

Na primeira sessão fez-se um recorte histórico temporal sobre o papel do Estado e as Políticas Públicas de Turismo, seguida no estado do Amazonas, e posteriormente, se enfatizou o percurso metodológico e por fim, a sistematização das análises e discussão dos resultados e a conclusão. Essa pesquisa fez parte do projeto intitulado “Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro (AM) e sua relação com o Turismo de Base Comunitária: perspectivas de Gestão Local na Amazônia e percepção das comunidades”, realizada com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas (FAPEAM), vinculada à Universidade Federal do Pará.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS

As políticas públicas são compreendidas como um instrumento das decisões no âmbito governamental. Os estudos acerca das políticas públicas inicialmente surgiram no continente europeu a partir das teorias sobre o papel do Estado e em outras partes do mundo, mais, precisamente nos Estados Unidos, a discussão surge no meio acadêmico no que tange as ações dos governos geralmente divididas em três categorias: Política Social, Política Econômica e Política Internacional e sua análise é baseada na noção de *government*, visando contribuir para a eficácia do seu sistema político (TINOCO, 2010).

De acordo com Souza (2006), Easton foi o teórico que se destacou por analisar as políticas públicas a partir de uma compreensão sistêmica (formulação, resultados e o ambiente), que por essa ótica os resultados e efeitos podem ser influenciados pelos grupos de interesses (partidos políticos, mídia, etc.) em um ambiente complexo de tomada de decisão e influências.

Em síntese, North (1994) define que as instituições são restrições inventadas pelos humanos que conectam o passado com o presente e estruturam as interações sociais, econômicas e políticas. Para Schneider (2005), as instituições são centradas em atores e em arranjos institucionais que transcendem o conceito tradicional de condução do Estado e, portanto, de tomada de decisão, como também remetem a novas formas de condução social.

Quanto a política pública do turismo no Brasil passou por três fases, a primeira teve início no ano de 1939 permanecendo até 1966, neste período foram criados os primeiros órgãos públicos de turismo no âmbito federal. Já a segunda fase inicia em 1966 até 1991, período que os órgãos gestores de turismo se fortaleceram e criaram estruturas administrativas para tratar da atividade turística em vários estados brasileiros. E a terceira fase inicia-se em 1991 permanecendo até os dias atuais com reformulação da EMBRATUR e a criação do Ministério do Turismo (MTUR), na busca de um modelo de gestão eficiente, com a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo de planejamento, formulação, efetivação das políticas públicas voltadas para o setor do turismo (NASCIMENTO, 2015).

No contexto de tais mudanças o Turismo se insere de forma decisiva no processo de reconstrução produtiva do capital, considerando sua capacidade de fluxos (de capital mercadorias, serviços, pessoas e informações) e fixos (AZEVEDO et al., 2013).

Quanto a questão ambiental, o Brasil passou a incluir na agenda política a partir da década de 1980, quando os órgãos incumbidos de zelar pelo meio ambiente, exigiram uma conduta de conscientização de toda sociedade brasileira, fato que, por sua vez, obriga a uma busca desesperada de modelos de auto sustentabilidade (AB'SÁBER, 2009, p. 76).

No caso específico da Amazônia brasileira no âmbito do turismo, as políticas governamentais na esfera federal passaram a ser incluídas a partir da criação do I Plano de Turismo da Amazônia (I PTA) formulado em 1977 e implementado entre os anos de 1980 e 1985. As ações do plano eram voltadas para a construção de complexos turísticos em áreas urbanas e na criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico previstos na Lei federal nº 6. 513 de 20 de dezembro de 1977 (BRASIL, 1977). No estado do Amazonas o plano contemplou a criação do complexo Turístico da Ponta Negra em Manaus e em Anavilhanas, com a construção de equipamentos turísticos com o objetivo de promover o turismo sustentável em todo baixo rio Negro (SILVA, 2016).

Ainda, no âmbito das políticas públicas de turismo, no caso da Amazônia, especificamente, no Estado do Amazonas, instituiu-se a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR), pela Lei Nº 2.797 de 9 de maio de 2003, vinculada à secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) (AMAZONAS, 2003). Ela foi incumbida de ser o órgão gestor responsável pelo planejamento das atividades turísticas, execução, coordenação e controle das ações relacionadas à Política Estadual de Turismo, a qual adotou o modelo de gestão compartilhada com intuito de incentivar maior participação do setor privado e terceiro setor na gestão do turismo estadual (AMAZONAS, 2008a).

As atividades da AMAZONASTUR são pautadas pela Política Estadual de Turismo, que é orientada pelas decisões tomadas no Fórum Estadual de Turismo, pelo Grupo de Gestão Integrada do Turismo (GGI) e conta com a parceria das entidades representativas do Trade Turístico (AMAZONASTUR, 2015).

No ano de 2008, foi criado o Plano Victória Régia, sob a responsabilidade da empresa de consultoria Indústrias Criativas, o qual abordou os princípios da sustentabilidade nos âmbitos econômico, social e ambiental como norteadores das ações estratégicas. O plano teve como objetivo atrair investimentos para maximizar benefícios sociais e econômicos do turismo, aumentar a interação entre setores público, privado e o terceiro setor para atingir a sustentabilidade do turismo e gerir estrategicamente o turismo no Amazonas. E ainda, identificar os problemas, e ao mesmo tempo apontar alternativas para solucioná-los (AMAZONAS, 2008a, 2008b).

O referido plano segue uma estrutura composta, de objetivos estratégicos e de ações a serem implantadas, e de ações já implantadas pela AMAZONASTUR, conforme cada objetivo estratégico. Essas ações foram desenvolvidas de acordo com a matriz SWOT (análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), ou seja, com base no diagnóstico realizado na fase inicial da formulação do plano, afim de, trabalhar em prol do desenvolvimento do Estado (AMAZONAS, 2008a).

Convém, todavia, destacar que a política de turismo do Amazonas, sofreu interferências dos Planos Nacionais de Turismo (PNT) 2003-2007 e 2007-2010, adotado pelo Ministério do Turismo (MTUR), enquanto gestão federal, congregando um diagnóstico e indicação de alternativas. A diferença é que o “Vitória Régia” é detalhado até o nível de ações a serem desenvolvidas, restringindo-se ao nível dos macroprogramas e programas (NASCIMENTO, et al., 2016). No ano de 2011 o Plano Vitória Régia foi extinto, e desde então, não foi elaborado um novo plano de turismo para o estado. A Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR) continua seguindo os preceitos do Ministério do Turismo (MTUR).

Como política pública, o TBC foi implantado na RDS Rio Negro no ano de 2012, por meio do Programa Bolsa Floresta (PBF) e do componente social, pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), uma organização brasileira não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública estadual e federal, fundada em 20 de dezembro de 2007, pelo Banco Bradesco em parceria com o Governo do Estado do Amazonas. Posteriormente, passou a contar com o apoio da Coca-Cola Brasil, do Fundo Amazônia/BNDES e da Samsung, além de outras parcerias em programas e projetos desenvolvidos (SOUSA, 2017).

Chaves (2009) relata que as políticas públicas implementadas, na região Amazônica, vêm sendo marcadas pelos interesses e estratégias de expansão das relações capitalistas, mediante as correlações de força existentes nas diferentes esferas do poder, que incidem, diretamente, no modo de vida das comunidades tradicionais e possuem lógicas opostas aos interesses e demandas de vastos segmentos das populações amazônicas.

Araújo e Strassburger (2019) ressaltam a importância de entender que as políticas públicas voltadas ao turismo praticado no meio rural, devem levar em conta a extensão territorial brasileira, ou seja, ela não deve ser elaborada de forma homogênea, mas sim considerar que cada estado possui suas particularidades. Nesse sentido “as políticas nacionais em torno do turismo no meio rural como paradigma geral devem estar aliadas as políticas regionais e estaduais, para que todas as diferenças sejam entendidas no processo de desenvolvimento do turismo rural” (SANTOS; PIRES, 2010, p. 72).

O panorama acima retrata o processo de formulação e implementação da política pública de turismo do Estado do Amazonas, a partir dos planos e programas adotados pela gestão estadual, para que se compreenda a ascensão do turismo no estado.

3 PERCURSO METODOLÓGICO E TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS

Para melhor esclarecimento sobre as análises, a abordagem metodológica adotada neste artigo foi à qualitativa utilizando a pesquisa exploratória e explicativa, dados primários e secundários, por fazer uma relação dinâmica entre o real e o sujeito, o que não pode ser traduzido em números, na qual o pesquisador é peça

chave, podendo analisar os dados indutivamente, e por se trabalhar num universo de significados, crenças, valores e atitudes (BECKER, 2004).

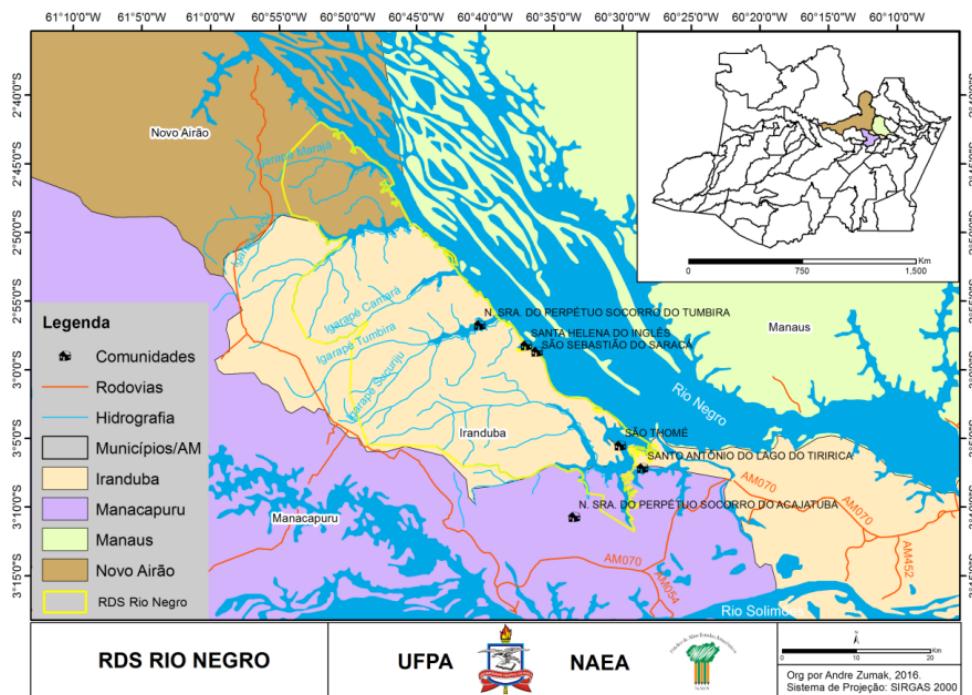
Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de gabinete com bases em livros, artigos científicos, teses, sites oficiais, análise de documentos, relatórios, atas de reuniões, manuais, planos e programas de turismo, revistas, relatos de experiência em projetos, recortes de jornais e dados históricos das comunidades por meio de visitas junto aos órgãos Públicos do Estado do Amazonas, denominados Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas (AMAZONASTUR), Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA) e uma Instituição sem fins lucrativos que é a Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

A pesquisa exploratória permitiu realizar uma análise dos dados coletados por meio da pesquisa de campo com início no mês de junho de 2017 a outubro de 2018 com o uso da técnica de observação direta e entrevistas com três empreendimentos hoteleiros localizados no município de Iranduba, localizado no sudoeste da capital amazonense (região metropolitana) e à margem direita da RDS Rio Negro, conforme a (Figura 1).

Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, está localizada na margem direita do Rio Negro, aproximadamente duas horas, da capital amazonense, via fluvial. Nesta localidade residem 34 famílias, totalizando 122 pessoas residentes na localidade, em sua maioria adultos e adolescentes.

Já a comunidade São Thomé, está situada na margem direita do Rio Negro, distante de Manaus por aproximadamente três horas, via fluvial a cerca de uma hora via terrestre pela AM 070, até o lago do Ubim e mais trinta minutos de lancha rápida (a jato) para fazer o percurso fluvial até a localidade. Mas, para isso, é necessário combinar com um dos moradores, para se fazer esse trajeto devido a falta de transportes à disposição. Quanto à organização espacial, na sede central da comunidade residem 13 famílias, totalizando 35 pessoas, em casas predominantemente de madeira (sobre palafitas, em virtude das cheias dos rios), cobertas de telhas e outras de palhas.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS PESQUISADAS NA RDS-RIO NEGRO, MARGEM DIREITA, AMAZONAS, BRASIL.



FONTE: Sousa (2017).

Quanto ao critério de seleção foram escolhidos como atores sociais da pesquisa os gestores/proprietários dos empreendimentos hoteleiros que atuam no TBC. Para o levantamento foram elaboradas perguntas abertas e fechadas direcionadas as possíveis contribuições das políticas públicas e planos de turismo nas três esferas (federal, estadual e municipal) na percepção dos comunitários atuantes na atividade turística.

Para atender aos objetivos da pesquisa, estruturar o trabalho e operacionalizar, os procedimentos para análise dos dados se deu por meio de dados secundários e primários com o uso da técnica de observação direta e aplicação das entrevistas e das experiências vivenciadas pelos proprietários dos empreendimentos hoteleiros, utilizando como suportes as narrativas orais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas comunidades ribeirinhas amazônicas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira e São Thomé, inseridas na RDS Rio Negro, na margem direita é praticado o Turismo de Base Comunitária (TBC), que traz uma proposta baseada nos princípios da sustentabilidade, uso e manejo adequado dos recursos naturais, melhoria da

qualidade de vida para população autóctone, além de ser capaz de gerar emprego e renda.

O primeiro proprietário do empreendimento hoteleiro é o responsável por organizar, divulgar e comercializar os roteiros turísticos e os serviços ofertados aos turistas tais como, traslado, hospedagem, alimentação, guiamento em trilhas interpretativas (o guia busca contextualizar o turista sobre o ambiente em que ele se encontra), igarapés, igapós (em época de cheia), passeio de canoa, visita às casas dos comunitários (onde um guia comunitário apresenta a sua própria comunidade e os modos de vida), casa onde é produzida a farinha, museu do artesanato, observação de pássaros, focagem de jacaré, observação de botos, visita ao Parna de Anavilhanas, banho de rio, e na vazante é possível conhecer a cachoeira do Tumbira. Para divulgação e comercialização, criou-se um site, uma conta particular no Instagram e no Facebook.

Convém, todavia, destacar não somente a visão empreendedora do proprietário deste estabelecimento, mas, principalmente, a capacidade de articular com os atores envolvidos no setor do turismo, dentre eles, estão, os gestores públicos, o *Trade* turístico, a FAS, o Fórum de TBC e a comunidade local, a fim de, interagir, captar turistas, divulgar os serviços, organizar e planejar os roteiros turísticos considerando a potencialidade do local. Desse modo, o conhecimento sistematizado dos hábitos dos agentes públicos e privados ao interagirem, é possível contemplar melhor as demandas econômicas e interseccioná-las com a promoção das agendas sociocultural e ambiental (GOMES, 2015).

Na perspectiva de desenvolver um turismo sustentável, capaz de incluir a comunidade e de uma nova oportunidade de trabalho, um dos proprietários de empreendimento hoteleiro entrevistados firmou uma parceria com a FAS e com o governo do Amazonas (AMAZONASTUR, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM e SEBRAE-AM). Com isto, se buscou cursos de capacitação tais como: cursos de culinária, trilhas ecológicas, aperfeiçoamento do artesanato, contabilidade orçamentária, manipulação dos alimentos, palestras, dentre outros, para os comunitários interessados em atuar no TBC e trabalhar na pousada.

Em relação à contribuição do TBC para o desenvolvimento sócio-espacial da comunidade, na percepção do primeiro proprietário entrevistado:

[...] a atividade turística proporcionou mudanças positivas, tais como, melhoramento na infraestrutura local, a construção de um núcleo de conservação e sustentabilidade cuja finalidade é abrigar professores e pesquisadores, posto de saúde, energia solar (capta luz por meio de placas solares), energia oriunda do Programa *Luz Para Todos*, telefone com antena rural, internet, sinal de celular, água encanada, uso e conservação da natureza de forma sustentável, porque antes a gente vivia da exploração da madeira e empregos informais gerados pela pousada (Informações Verbais).

Com a inserção do TBC na comunidade, surgiram novas alternativas sustentáveis, pertencentes à cadeia produtiva do turismo como é o caso do artesanato como fonte

de renda complementar a base econômica do local, que é agricultura familiar, pesca, comércio, carpintaria, benefícios do governo (Bolsa Floresta) e aposentadoria, pois, ainda está em processo de desenvolvimento, afirma o proprietário da pousada.

Apesar de se organizarem e planejarem as atividades turísticas, pensando numa maneira de envolver a comunidade, diversificar seus produtos artesanais, assim como, os roteiros a serem visitados, o entrevistado relatou ser algo desafiador, tendo em vista a necessidade de preservação e valorização da cultura local, seus modos de vida e principalmente o envolvimento da comunidade na gestão, afim de que se tornem de fato protagonistas do desenvolvimento do turismo.

Na comunidade São Thomé o turismo é uma fonte econômica complementar a renda, uma vez que, esses estabelecimentos dependem das agências de viagens e hotéis (nos arredores da comunidade) para promover o fluxo de turistas no local. Durante a entrevista quando indagado sobre as transformações do lugar e as contribuições do turismo, o segundo entrevistado, proprietário dos estabelecimentos hoteleiros relatou que:

[...] houve sim, uma melhora na comunidade a partir de 2010, quando o programa Caldeirão do Huk visitou a aqui e fez uma reforma na infraestrutura da comunidade, depois veio à energia elétrica com o Programa do Governo Federal “*LUZ para TODOS*”, daí a comunidade ficou conhecida no Brasil todo e passou a ser mais visitada e com isso, as condições de vida mudaram, a gente percebeu que o turismo é um bom negócio, e daí a gente construiu primeiro o restaurante, depois a pousada e assim vamos vivendo da renda que entra quando vem turista se hospedar, fazer as refeições e comprar artesanato que é produzido por nós mesmo (Informações Verbais).

No relato do entrevistado percebeu-se que o Turismo de Base Comunitária enquanto atividade humana e social constituindo não só como preocupação de políticas públicas, mas também, como objeto de reflexão e análise de diversos campos do conhecimento (TAVARES, 2009). Diante da crescente pressão mercadológica, foi implantado na comunidade, não para substituir as atividades produtivas tradicionais, como a pesca e a agricultura (principais fontes de renda do local), mas, como alternativa para dinamizar a economia local.

No discurso sobre as estratégias de desenvolvimento de destinos turísticos, o turismo passou a ser visto com maior interesse por países e regiões no mundo todo, tornando-se um setor cada vez mais presente na formulação das políticas de desenvolvimento, isto se deve à necessidade imposta, sobretudo aos governos nacionais, de procurar desenvolver certas vantagens fomentando setores que, apresentam significativo potencial de crescimento, possam promover a integração em espaços competitivos (SILVEIRA, 2009, p. 219).

Em dos meios de hospedagem da comunidade, além dos serviços de hospedagem, é oferecida aos turistas, uma alimentação (com cardápio regional à base de peixes como o tambaqui, tucunaré, pirarucu, curimatã e matrixã). Estão inclusos também no pacote turístico, a caminhada na selva para conhecimento da fauna e flora, visita a casa de farinha, observação de pássaros, focagem de jacaré,

visita ao flutuante Lago do Acajtuba para fazer a interação com os botos cor de rosa, pescaria, banho de rio, escalada em a árvores de 60 metros, visita ao centro de artesanato com artes indígenas e regionais, visita às comunidades indígenas, visita a casa da borracha (demonstração da defumação do látex e explicação da vida do seringueiro Sr. Elias o qual é também artista plástico e contador de histórias que remontam o período auge da borracha na região amazônica).

Com relação à percepção dos benefícios do TBC em sua comunidade, o entrevistado respondeu que:

[...] Melhorou bastante, porque a gente vivia somente da pesca, outros com roça, nunca teve exploração de madeira aqui na nossa comunidade e desde 1985 com a inauguração do Hotel de Selva Ariaú Towers que a gente recebe os turistas, mas, quando houve aquele atentado terrorista nos Estados Unidos em 2001, o fluxo de turistas estrangeiros caiu muito e o hotel começou a declinar e com isso fechou e nós sofremos esse impacto, afetou um muito a economia do lugar e principalmente de meu estabelecimento, porque eram eles que traziam os turistas pra cá, principalmente os turistas estrangeiros. Graças a Deus a minha pousada nunca ficou vazia sempre tem hóspedes e os meses de maior visitação são de julho, agosto, dezembro, janeiro e fevereiro, período de férias né. Nossa pousada tem um site próprio, é a gente mesmo que faz o contato diretamente com o turista, nós temos Instagram, Facebook, para fazer a divulgação e vender nossos pacotes turísticos que custa a partir de R\$ 160,00. Hoje a gente recebe aproximadamente cerca de 3.000 turistas ao ano (Informações Verbais).

O Turismo de Base Comunitária ganhou o reconhecimento das populações ribeirinhas, por sua proposta de incluí-las de forma participativa e democrática nas ações de planejamento estratégico voltados para a conservação e uso dos recursos naturais e socioculturais de forma responsável para que a atividade turística não perda a sua essência conservacionista.

No tocante à percepção do Turismo de Base Comunitária (TBC) pelo gestor/proprietário, a atividade é considerada importante, por implementar projetos de uso sustentável dos recursos naturais, valorização cultural, incentivar o empreendedorismo ribeirinho, o protagonismo e o empoderamento das comunidades rurais. Em termos econômicos, o TBC é promissor por gerar receita, prover o sustento da família e empregos informais.

Nesse caso específico, foi necessário buscar parcerias com a FAS e o Governo Estadual do Amazonas, a fim, de melhorar a infraestrutura do local, captar turistas e fazer a divulgação do lugar, ou seja, há uma dependência de instituições e políticas públicas que ajudem na implementação de serviços básicos.

Com isso, autonomia e o protagonismo preconizada no TBC e nos discursos oficiais ainda não se alicerçaram no território, pois ainda existe uma relação de dependência das ações de agentes externos. Esses agentes exercem o papel hegemônico do TBC na localidade fazendo a intermediação entre o gestor da pousada, os grupos de turistas e as famílias envolvidas no projeto de TBC.

A prática da atividade turística nas localidades analisadas não é recente, pois, recebe turistas desde a década de 1980. A partir do ano de 2010 com a chegada da energia elétrica e o melhoramento na infraestrutura básica fornecida pelo programa de televisão “Caldeirão do Huck” exibido pela Rede Globo e posteriormente, no ano de 2012 com o apoio da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o fluxo de turistas aumentou consideravelmente, ganhou visibilidade e passou a fazer parte dos roteiros turísticos do estado do Amazonas.

Apesar de haver muita visitação, o turismo é praticado de forma desordenada e não planejado, pois, além da comercialização direta dos pacotes turísticos por empreendimentos locais, agências de Manaus, também vendem e não têm o comprometimento com os moradores da comunidade em informá-los sobre as visitas e a renda deixada na localidade é pouca ou quase nula.

Além disso, o fechamento do Hotel de Selva Ariaú Towers diminuiu o fluxo de turistas, principalmente os estrangeiros que vinha crescendo a cada ano. Esse fato impactou nos resultados financeiros da atividade o que, por sua vez, ocasionou um número de desemprego na localidade e afetou consideravelmente, pois, o hotel era o empreendimento que mais gerava empregos formais e responsável pelo fluxo de visitantes no local.

Para Moraes (2006), a integração das populações na gestão dos recursos naturais tem-se mostrado não apenas como um componente facilitador da gestão, mas também como uma estratégia de distribuição dos benefícios de forma socialmente mais justa.

A compreensão do processo de territorialização do Turismo de Base Comunitária (TBC) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro, revelou que o estado do Amazonas frequentemente tem apresentado o TBC como um seguimento do turismo capaz de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais em situações de vulnerabilidade econômica e social. No entanto, a relação dialética entre a teoria e a prática das políticas públicas e as ações implementadas, seja pelos governos ou organizações vinculadas na execução das políticas, representa ainda um desafio na gestão do turismo, assim como nos revela a necessidade de do compromisso de promover a democracia participativa e a inclusão social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs-se analisar e descrever de forma comparativa as contribuições do Turismo de Base Comunitária (TBC) nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira e São Thomé na Amazônia como uma fonte de renda alternativa para diversificar a base produtiva de áreas rurais e como estratégia de conservação dos recursos naturais e da cultura local, a partir das políticas públicas de turismo no estado do Amazonas. Foi possível desvelar as políticas públicas de turismo e seus efeitos no espaço rural.

O debate da execução, avaliação, análise e implementação das políticas públicas de turismo na Amazônia e seus reflexos, tais, como se cristaliza no espaço amazônico é visto como complexo, pois, seus resultados aparecem em longo prazo. O poder público, formulador de políticas, na maioria dos casos, tenta minimizar os impactos negativos do turismo nas comunidades. Entretanto, as políticas públicas implementadas servem de estudos para o planejamento do desenvolvimento que podem mitigar esses mesmos impactos.

No âmbito das políticas públicas de turismo, o estado do Amazonas, implementou nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira e São Thomé, pertencentes a RDS Rio Negro, o Turismo de Base Comunitária por meio dos programas federais e estaduais, especificamente, o Programa Bolsa Floresta (PBF). Esse Programa está relacionado aos objetivos do desenvolvimento sustentável, usado para legitimar a implantação das políticas públicas guiadas pela lógica do mercado muitas vezes pouco eficazes na prática e inadequada a realidade das comunidades receptoras.

Contudo, na percepção dos empreendedores de meios de hospedagem da RDS Rio Negro em termos de desenvolvimento local o TBC é um incentivo para a permanência das comunidades em áreas rurais, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, valorização da cultura local e ao mesmo tempo como uma fonte de renda alternativa. Entretanto os benefícios gerados nem sempre atendem às expectativas da população local.

Para tal, não basta apenas formular e implementar tais políticas, é importante que haja um planejamento estratégico, suas ações sejam monitoradas, seus resultados avaliados. E ainda, que considere as vontades e anseios das comunidades, assim como também, a participação dos empresários de turismo e do Fórum Estadual de Turismo, que neste caso específico não participaram da formulação da política pública para o setor.

As ações da Amazonastur nas comunidades investigadas da RDS Rio Negro, foram identificadas como pontuais, uma vez que foram desenvolvidos somente cursos de capacitação, palestras voltadas para a estruturação do produto turístico, participação em feiras internacionais, nacionais e regionais e criação de planos de marketing promocionais apontados como um ponto forte para estruturação da oferta e divulgação dos destinos turísticos no Amazonas.

Dentre os Planos estudados, ficou nítida a desatualização do Plano de Turismo do Estado denominado “Victória Régia” (2006 a 2011) elaborado pela empresa de consultoria Indústrias Criativas, cujo corpo técnico era externo sem o conhecimento sobre as particularidades do turismo no Estado. As ações desenvolvidas atualmente não foram planejadas e não seguem nenhum programa. Outro fator negativo identificado foi o modelo de gestão não compartilhada contrapondo-se aos objetivos do plano, assim como, o Estado não possui um modelo institucional próprio e se utiliza de modelos prontos, desconsiderando as particularidades da região.

Na tentativa de incluir a comunidade no processo de planejamento da atividade turística e ao mesmo tempo torná-la protagonista, proporcionando uma melhor qualidade de vida, com a intenção de que o turismo pudesse ser praticado de outra forma, os proprietários das pousadas locais se aliaram a FAS e receberam treinamentos para atender as exigências do setor turístico. A atuação do poder público local, Amazonastur (órgão estadual de turismo) é pouca ou quase nula, e este último se faz presente por meio do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC). Este é o gestor da RDS Rio Negro e tem se esforçado para cumprir com suas obrigações e de fato desenvolva o TBC de forma organizada e planejada.

Sendo assim, constataram-se dois desafios necessários à consolidação do Turismo de Base Comunitária no Amazonas, o primeiro exige uma maior atuação do Estado, em relação ao TBC, bem como um planejamento de ações que busque estratégias preventivas que equacione os fatores externos (sazonalidade e/ou pandemias), os quais expõem os empreendimentos a riscos e podem comprometer a continuidade. O segundo é buscar parcerias com a FAS, os empresários de turismo, as instituições de ensino e as comunidades receptoras, afim de, pensar e planejar o desenvolvimento local pautado nos princípios da sustentabilidade e inseri-lo no mercado turístico (internacional e nacional), apoiando financeiramente a gestão comunitária dos empreendimentos, que necessita de investimento em longo prazo para consolidar-se como uma atividade sustentável.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Lei Nº 2.797 de 9 de maio de 2003, **Dispõe sobre a instituição da EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO - AMAZONASTUR e dá outras providências**. Manaus, 2003

AMAZONAS. Empresa Estadual de Turismo. **Plano Estadual de Turismo do Amazonas 2008-2011 – Plano Victória Régia (Documento Íntegra)**. Manaus: AMAZONASTUR, 2008a.

AMAZONAS. Empresa Estadual de Turismo. **Plano Estadual de Turismo do Amazonas Victória Régia 2008-2011**. Manaus. AMAZONASTUR, 2008b.

AMAZONAS. Lei Estadual nº 3.355 de 30 de dezembro de 2008. **Dispõe sobre a redefinição dos limites territoriais da Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro, setor Paduari-Solimões, criada pelo Decreto nº 16.498, de 2 de abril de 1995, e redelimitada pela Lei nº 2.646, de 22 de maio de 2001, e cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, e dá outras**. Manaus, 2008c.

AMAZONASTUR. Empresa Estadual de Turismo. **Síntese dos indicadores de turismo do Amazonas (2003-2014)**. Manaus. AMAZONASTUR, 2015.

ARAÚJO, T. V. de; STRASSBURGER, N. C. Políticas Públicas para o Turismo Rural Sustentável: uma análise da produção científica. **Turismo e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 130-151, 2019.

AZEVEDO, F. F.; FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. de M.; MARANHÃO, C. H. da S. Turismo em Foco: globalização e políticas públicas. In: AZEVEDO, F. F.; FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. de M.; MARANHÃO, C. H. da S (Org.). **Turismo em Foco**. Belém: NAEA, 2013. 352 p.

BECKER. J. **Metodologia da Pesquisa**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Lei federal nº 6. 513 de 20 de dezembro de 1977. **Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências**. Brasília, 1977.

COSTA, F. de A. Amazônia: modelos econômicos, ideologia e história. In: CASTRO, E.; MOURA, E. A. F.; MAIA, Sá, M. L; (Org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPA, 1995.

CHAVES, M. R.; BARROSO, S. C.; LIRA, T. M. Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 111-122, 2009.

GOMES, B. M. A. **Políticas Públicas de Turismo: interação empresários-setor público em Curitiba sob a ótica institucional**. 203 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Bacia do Rio Negro: uma visão socioambiental**, 2009. Disponível em: <http://www.rionegro.org.br/sites/rionegro.org.br/files/mapa_port_fim.pdf>. Acesso: 3 mai. 2020.

MORAES, E. Áreas protegidas, inclusão social e turismo. In: II SAPIS — Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social. Disponível em: <http://www.ivtrj.net/sapis/2006/pdf/edilainemoraes.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2020.

NASCIMENTO, V. L. Q. **Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará.** 415 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

NASCIMENTO, V. L. Q.; SIMONIAN, L. T. L.; FARIAS FILHO, M. C. Política pública de turismo do Amazonas a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n.1, p. 141-157, 2016.

NORTH, D. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

PINTO, P. M. **Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais:** perspectivas conceituais. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 11-22, 2007.

SANTOS, A. S. dos; PIRES, P. dos S. Políticas Públicas de Turismo Rural: uma alternativa necessária. In: SANTOS, E. de O.; SANTOS, M. de S. (Org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural.** Barueri, SP: Manole, 2010.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Revista Civitas**, v. 5, n. 1, p. 29-58, 2005.

SILVA, G. T. **Turismo em Comunidades Tradicionais:** políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM). 282 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

SILVEIRA, M. A. T. da. Estratégias de desenvolvimento regional e modelos de implantação territorial do turismo: uma contribuição ao tema. In: PEREIRA, A. E.; BERBERI, A.P.C.; PAIXÃO, D.L.D; MIELKE, E.J.C. (Org.). **Turismo, Associativismo e Desenvolvimento Regional.** Curitiba: Universidade Positivo, 2009. 312 p.

SOUSA, R. M. de M. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro (AM) e sua relação com o Turismo de Base Comunitária:** perspectivas de Gestão Local na Amazônia e percepção das Comunidades. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. 213 f.

SOUZA, C. **Políticas Pública:** uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TAVARES, M. G. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas Considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

TINOCO, D. S. Análise sequencial de políticas públicas nas abordagens da ciência política e da gestão (Management). **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, n. 1, p. 184-197, 2010.

Recebido em: 16-04-2020.

Aprovado em: 12-12-2020.

TS